JUSTIFICATIVA

Nos termos do art. 24 da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores, a Comissão Permanente de Licitação do Fundo Municipal de Assistência Social de Feira Nova-SE, instituída pela Portaria nº. 01/2021, de 04 de Janeiro 2021, apresenta Justificativa para a **Contratação de empresa para fornecimento de internet, via banda larga, com velocidade de 30MBPS, com equipamentos em regime de comodato, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Feira Nova-SE;** mediante as considerações a seguir:

Considerando a necessidade de **Contratação de empresa para fornecimento de internet, via banda larga, com velocidade de 30MBPS, com equipamentos em regime de comodato, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Feira Nova-SE;**

Considerando que a **Contratação de empresa para fornecimento de internet, via banda larga, com velocidade de 30MBPS, com equipamentos em regime de comodato, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Feira Nova-SE;** visando atender as necessidades locais da referida Prefeitura, bem como de seus Departamentos com o intuito de facilitar a comunicação, transmissão de informações e manutenção diária dos sites dos Governos Federais, Estudais e Municipais, programas e outros de extrema importância para eficiência da Administração Pública, do Município de Feira Nova;

Considerando que **Contratação de empresa para fornecimento de internet, via banda larga, com velocidade de 30MBPS, com equipamentos em regime de comodato, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Feira Nova-SE;** não se refere a parcelas de um mesmo serviço que possa ser realizada conjunto, concomitantemente e de uma só vez;

Considerando que o custo econômico para essa licitação é superior ao benefício dela extraível e que a pequena relevância econômica não justifica os gastos com uma licitação comum;

Considerando que um procedimento licitatório é desnecessário, pois se tem, neste caso, hipótese de dispensa de licitação, com espeque no art. 24, inciso ***II*** da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o art. 26 da Lei n° 8.666/93, com a redação dada pela Lei n° 11.107/05, em seu parágrafo único, estabelece as condições formais para a composição do processo de dispensa de licitação – razão da escolha do fornecedor ou executante e justificativa do preço – **ainda que dispensada a justificativa para o presente caso**, de acordo com o *caput* do mesmo artigo supramencionado, o qual achamos por bem transcrever:

> "**Art. 26.** As dispensas previstas nos §§ 2° e 4° do art. 17 ***e no inciso III e seguintes do art. 24***, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25,

> ***necessariamente justificadas***, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos.
> **Parágrafo único.** O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:
> **(...)**
> **II –** razão da escolha do fornecedor ou executante;
> **III –** justificativa do preço;
> **(...)** (destaquei).

Considerando, ainda, que em atendimento à supra aludida norma legal, esclarecemos que a escolha da ***F.NOVANET TELECOMUNICAÇÕES LTDA*** não foi contingencial. Prende-se ao fato de ter sido ela a que apresentou o menor preço dentre aquelas que apresentaram propostas para **Contratação de empresa para fornecimento de internet, via banda larga, com velocidade de 30MBPS, com equipamentos em regime de comodato, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Feira Nova-SE;** e que o preço, conforme se pode constatar através da confrontação dos orçamentos apresentados pelas demais empresas e da proposta apresentada pela empresa vencedora, verifica-se, facilmente, ser este compatível com os praticados no mercado, estando, inclusive, um pouco abaixo daqueles.

Considerando, por fim, que em mesmo sendo dispensada a justificativa, neste caso, por não prevista no *caput* suso-aludido artigo, atemo-nos aos ensinamentos do Ilustre Administrativista Prof. Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quando preconiza que: *"Nenhum gestor de recursos públicos poderia escusar-se a justificar uma contratação direta sob o fundamento de que a hipótese não estava prevista no art. 26."* [1], é que assim o fizemos, aliados aos entendimentos o Tribunal de Contas da União:

> *"Nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, faça constar nos autos as necessárias justificativas da despesa, atendendo a exigência constante no artigo 26, caput, da Lei 8.666/1993."* [2]

Ex positis é que entendemos ser dispensada a licitação, pois caracterizada está a situação enquadrada na forma do artigo 24, *inciso II*, c/c art. 26, parágrafo único, todos da Lei nº. 8.666/93, em sua edição atualizada.

Assim, colhidas as propostas de preços de 3 (três) empresas e analisada a documentação exigida foi, como já dito, classificada a ***F.NOVANET***

[1] *in* JUSTEN Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2006. Dialética.
[2] Acórdão 819/2005 – Plenário – TCU.

TELECOMUNICAÇÕES LTDA em 1º lugar, por ter apresentado menor preço. A proposta da empresa vencedora apresentou o seguinte valor: R$ 6.000,00 ***(seis mil reais)*** para a **Contratação de empresa para fornecimento de internet, via banda larga, com velocidade de 30MBPS, com equipamentos em regime de comodato, para o Fundo Municipal de Assistência Social de Feira Nova-SE;**

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação correrão por conta seguinte dotação orçamentária.

- UO: 06018 Secretaria Municipal de Assistência Social
- Ação: 4019 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
- Class. Econômica: 3390.4000 Serviços de Tecnologia da informação e Comunicação – Pessoa Jurídica
- Fonte de Recursos: 100.10000

Então, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 26 da mesma norma jurídica, ainda que desnecessário, por não contemplado naquele artigo, mas a título de formalização, submetemos a presente justificativa a Senhora Secretária REJANE DE SOUZA LIMA SANTOS, para apreciação e posterior ratificação.

Feira Nova, 01 de março de 2021

David Matheus Lima Santos
Presidente

Maria Geane Simões de França Cruz
Secretário

Iris Rejane Alves de Oliveira
Membro

RATIFICO.

Em ___ de março de 2021.

Rejane de Souza Lima Santos
Sec.de Assistência Social